

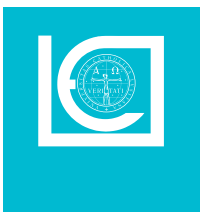
ECC

Estudos de
Comunicação
e Cultura

Media,
Technology,
Context

O Setor dos Media no Espaço Lusófono

Rita Figueiras
e Nelson Ribeiro [org.]



Capítulo 3

Novos fluxos globais de capital nas indústrias dos media após a crise financeira de 2008: a relação Angola-Portugal¹

Rita Figueiras e Nelson Ribeiro

Aquilo a que os académicos ocidentais chamaram o processo de globalização do mundo pós-colonial no século xx, que teve início na década de 1960, sofreu mudanças profundas com a crise económica mundial que se tornou proeminente em 2008. Desde então, os países ocidentais têm atravessado uma recessão económica, e um crescente descontentamento com a política.

As sociedades ocidentais enfrentam, portanto, uma mudança categórica, fruto das enormes transformações em curso que estão a criar um novo cenário para a globalização. As mudanças são um reflexo e uma consequência daquilo a que Colin Crouch (2004) chamou a era da «pós-democracia». Os Estados ocidentais do século xxi regem-se de acordo com uma governação democrática, mas os governos já não têm o mesmo grau de controlo sobre os Estados-nação que tinham no passado, devido a instituições supranacionais e também ao crescente poder político das grandes empresas. Segundo Crouch (2004: ix), as empresas e os governos têm relações cada vez mais próximas porque os Estados precisam do investimento das empresas internacionais, o que tem feito com que estas organizações tenham uma crescente capacidade de influenciar as decisões políticas.

Neste novo contexto global, os Estados Unidos da América e a União Europeia estão a perder terreno no que diz respeito à sua tradicional supremacia política, económica e simbólica, enquanto outras potências que não

¹ O presente capítulo é uma tradução do artigo originalmente publicado em 2013: Figueiras, R., e Ribeiro, N. (2013). «New Global Flows of Capital in Media Industries after the 2008 Financial Crisis: The Angola-Portugal Relationship». *International Journal of Press/Politics*, 18(4): 508-524. Tradução de Rita Monteiro; revisão de Rita Faria (Católica Languages & Translation).

Novos fluxos globais de capital nas indústrias dos media após a crise financeira de 2008

pertencem à geografia ocidental, como a China, aumentam o seu peso no panorama internacional. Este país possui uma economia de grandes dimensões e está a tornar-se um líder global. Ao mesmo tempo, algumas nações dominantes a nível regional também estão a adquirir supremacia económica em diferentes partes do mundo, como, por exemplo, Angola em África ou e a Coreia do Sul no Pacífico.

Poderosas economias não ocidentais estão a afirmar-se no mundo globalizado, nomeadamente ao aproveitarem a crise económica do ocidente, que permitiu a entrada de novos investidores nas estruturas de controlo de empresas estratégicas em vários países (por exemplo, a empresa chinesa Three Gorges tornou-se a principal acionista da empresa eléctrica portuguesa EDP² e a AMC Entertainment, a segunda maior cadeia de cinemas da América, foi comprada pelo Dalian Wanda Group, também da China).

Este novo cenário da globalização alterou de maneira irreversível o equilíbrio de poderes no panorama internacional, desestabilizando a noção de um fluxo de capitais unívoco que estava instituído há vários anos, nomeadamente do ocidente para o não ocidente e do norte para o sul.

Este artigo foca-se na complexidade dos fluxos de capital no âmbito da globalização dos media e, deste modo, contribui para a literatura ao descrever as suas conseqüências negativas. O presente estudo contribui para uma perspectiva mais diferenciada da globalização, ao examinar o modo como regimes autocráticos, e os seus aliados económicos, utilizam o seu poder para influenciar sistemas dos media no hemisfério norte que são vulneráveis à entrada de capital externo. Para tal, iremos salientar a relação entre Angola e Portugal, para demonstrar como as dinâmicas clientelares no sistema dos media português, reforçadas pela crise económica, facilitam a entrada de capital angolano. Esta entrada pode, por sua vez, perpetuar o clientelismo e levar a um retrocesso do pluralismo dos media, conduzindo o país a um recuo democrático, o que também se deve à incapacidade do jornalismo português assumir o seu papel de garantia da qualidade do regime. A relação entre Angola e Portugal também levanta outra série de questões sobre as relações entre antigos colonizadores e as suas colónias que, embora não constituam o foco central do artigo, não são ignoradas.

² Os principais acionistas da EDP são: Three Gorges (21,35%), Iberdrola Energia (6,79%) e Liberbank (5,01%).

Objetivos e metodologia

A internacionalização de empresas dos media oriundas de países emergentes do sul é um tema pouco estudado e este artigo pretende suprir esta lacuna ao analisar a estratégia internacional de dois dos investidores angolanos mais relevantes em Portugal: Isabel dos Santos e a Newshold. Iremos demonstrar que Portugal é atualmente um mercado essencial na estratégia angolana para este país se afirmar como uma economia emergente. Investidores angolanos adquiriram empresas estratégicas, o que coincidiu com a crise financeira ocidental que afeta particularmente o sul da Europa. A relação entre os dois países será analisada tendo em conta que Angola é uma «autocracia semiliberal» (Siaroff 2008), com opiniões não liberais sobre o papel dos media.

A investigação fundamenta-se na intersecção entre a Economia Política dos Media e os Estudos de Democracia dos Media. Tendo em conta que a imprensa e as empresas dos media simultaneamente refletem e promovem uma cultura política específica, é relevante gerar conhecimento sobre as novas formas de propriedade dos media que estão a surgir neste novo período de globalização. Além disso, é essencial haver uma discussão bem fundamentada sobre o impacto das formas de propriedade na democracia dos media.

O número limitado de agentes a analisar, as circunstâncias complexas do contexto global e a importância de obter uma compreensão aprofundada da lógica das participações sociais levou-nos a adotar uma abordagem de estudo de caso que segue uma perspetiva empírico-dedutiva. Os dados apresentados foram retirados de *websites* das empresas em análise, como os relatórios anuais das empresas, de estatísticas oficiais e da imprensa. Complementámos estes dados com entrevistas semidiretivas exploratórias a especialistas³.

Pretendemos identificar o modo como o novo palco da globalização cria novas tendências nos fluxos de capital globais nas indústrias dos media, lideradas por investidores oriundos de países emergentes com um ethos político autocrático. Além disso, também iremos discutir as consequências de tal fenómeno para as democracias. Para tal, iremos procurar responder a três questões de investigação: como está estruturada a indústria dos media em Portugal e em Angola e quais são as inter-relações das empresas dos media

³ Gostaríamos de agradecer a Isabel Ferin, especialista no mundo lusófono, e a Estrela Serano, antigo membro da Entidade Reguladora para a Comunicação Social.

Novos fluxos globais de capital nas indústrias dos media após a crise financeira de 2008

que atuam nestes dois mercados? Quais são as estratégias de expansão das empresas angolanas no mercado português e como evoluíram os investimentos angolanos no sistema dos media português? Como interagem os investimentos oriundos de países emergentes com um ethos político autocrático, e opiniões não liberais sobre o papel dos media, com as prerrogativas fundadoras do jornalismo da cultura ocidental, nomeadamente em Portugal?

Para responder a esta última pergunta, teremos em conta a construção histórica do século XVIII que configurou a identidade cultural dos media como um dos organismos fundamentais na garantia das democracias ocidentais, com base em valores como a qualidade, a diversidade e o pluralismo (Keane 2002: 28). Se a garantia de qualidade dos regimes democráticos está associada, em parte, ao bom desempenho do jornalismo, o contexto em que esta profissão se desenvolve também é um fator determinante para que as expectativas democráticas em relação aos media possam ser cumpridas.

Fluxos de capital globais nas indústrias dos media depois da crise de 2008

Nas últimas três décadas, a integração europeia levou à criação de um mercado único e à uniformização da legislação dos Estados-membros. Esta política promoveu uma abertura dos mercados dos media europeus à iniciativa privada (Hallin e Mancini, 2004: 27-28; Papathanassopoulos e Negrine, 2011: 78-79) e a conseqüente liberalização, desregularização e «mercantilização» da indústria (Murdock e Golding, 1999: 118). Este contexto levou à concentração e transnacionalização de formas de propriedade, baseadas em processos de globalização e lógicas financeiras que conduziram à aquisição e fusão de empresas numa integração vertical e horizontal de unidades de negócio (Picard, 2002).

Os conglomerados multissetoriais e transnacionais, maioritariamente anglofonos, lideraram os processos de globalização do mundo pós-colonial no século XX, a partir da década de 1960, e assumiram um papel dominante na produção e distribuição de conteúdos (Hardy, 2008), o que diluiu as *nuanças* específicas dos sistemas de media nacionais. Contudo, no novo cenário global, os Estados Unidos e a União Europeia estão a perder terreno no que diz respeito à sua tradicional supremacia política, económica e simbólica,

enquanto a importância de outras potências alheias à geografia ocidental, como a China, está a aumentar no panorama internacional. Estes países possuem economias de grande dimensão e estão a tornar-se líderes globais. Ao mesmo tempo, nações dominantes a nível regional também estão a adquirir supremacia económica em diferentes partes do mundo, como, por exemplo, Angola em África e a Coreia do Sul no Pacífico.

Neste contexto, economias emergentes não ocidentais como a China, a Rússia e Angola estão a aproveitar-se da crise económica no mundo ocidental, o que permitiu que adquirissem empresas estratégicas em vários países, incluindo na indústria dos media. Apesar de os três países referidos terem especificidades próprias, há várias características históricas, políticas e económicas que nos permitem extrair algumas tendências gerais para discutir o modo como estes países estão a definir os fluxos de capital globais nas indústrias dos media depois da crise de 2008 e como esta tendência pode entrar em conflito com as prerrogativas fundadoras do jornalismo ocidental.

Colin Sparks propõe o modelo «corporativista autoritário» (2010: 553), para acrescentar aos três modelos dos media propostos por Hallin e Mancini no seu estudo seminal de 2004, onde podemos integrar a China, a Rússia e Angola. Estes são países estruturados em padrões político-históricos semelhantes. Todos proveem de regimes controlados por um partido comunista único que monopolizava o poder económico e político, e controlava todos os aspetos da vida social (2010: 554).

Além disso, no início da década de 1990, todos estes países atravessaram uma mudança política, passando do controlo total do Estado para uma certa aceitação de estruturas políticas e económicas menos monolíticas. Enquanto na Rússia e em Angola os governos fizeram a transição de um estado nominalmente comunista para um estado nominalmente democrático, na China (Sparks, 2010: 555), mesmo quando versões reformistas do Partido Comunista venceram eleições, estas não fizeram qualquer tentativa de restabelecer a antiga ordem.

Assim, tendo em conta as atuais características políticas destes países, todos parecem apresentar traços de regimes autoritários e democráticos. Apesar da existência de eleições, o Estado é controlado, na prática, por um partido único, num *continuum* que vai desde o caso da China, que é uma «autocracia fechada» (Siaroff, 2008: 78) até às «autocracias semiliberais» da Rússia e de Angola (Siaroff, 2008: 78-79). Estes regimes são deliberadamente

Novos fluxos globais de capital nas indústrias dos media após a crise financeira de 2008

ambíguos e baseiam-se em sistemas híbridos que combinam uma aceitação retórica de algumas instituições democráticas formais com características essencialmente não liberais ou até autoritárias.

No seguimento de pressões internacionais para liberalizar os mercados e reduzir a esfera de controlo do governo, estes regimes têm vindo a incentivar o crescimento de empresas privadas, surgindo assim uma nova elite económica. Contudo, na maioria dos casos, os principais ativos económicos que foram privatizados foram colocados sob o controlo de investidores que pertencem à segunda geração das famílias que dominam o poder nestes países. As maiores empresas, especialmente na sua estrutura de propriedade, revelam relações muito próximas com dirigentes ao mais alto nível no estado e posições oligopolíticas estáveis na economia de cada um dos países (Kuznetsov, 2011; Sparks, 2010).

A concentração dos recursos de poder pretende preservar e maximizar os ganhos do regime existente e não permitir nenhuma mudança radical nos pilares da governação. Isto também se traduz em opiniões não liberais sobre o papel dos media (Hadland, 2012: 103). Portanto, não é surpreendente que nestes três países as empresas dos media mais relevantes pertençam ao Estado ou sejam controladas pela elite dirigente, o que também significa que pouca ou nenhuma liberdade é concedida aos jornalistas. É, portanto, extremamente difícil conseguir desafiar o poder dos atuais dirigentes, visto que as eleições não são a principal fonte do poder do governo. Segundo Marina Ottaway (2003: 6), os regimes híbridos «sabem jogar o jogo da democracia e ainda assim manter o controlo».

No cenário global que se seguiu à crise de 2008, quer empresas controladas pelo Estado, quer empresas privadas da China, da Rússia e de Angola estão entre os principais investidores externos, tornando-se assim agentes significativos na economia mundial. Se, por um lado, as empresas destes países investem em áreas da sua especialização na economia mundial, como a eletricidade, o petróleo e o gás, por outro lado, elas também investem fora das suas indústrias tradicionais, nomeadamente no setor das comunicações e dos media.

Os investimentos de Roman Abramovich no setor das comunicações do Reino Unido constituem um exemplo de novos fluxos de capital globais nas indústrias dos media depois da crise de 2008. Este bilionário russo – que é atualmente a 50.^a pessoa mais rica do mundo, segundo a lista de 2012 da

Forbes –, é um homem de negócios de enorme sucesso, cujas empresas estão entre as mais poderosas da Rússia, e um dos maiores investidores externos do mundo (Kuznetsov, 2011: 2). Oriundo da *nomenklatura* do seu país, no início de 2013 o dono do Chelsea Football Club (sediado no Reino Unido) comprou uma participação de 23,3% do grupo de telecomunicações Truphone, que atua no Reino Unido, nos Estados Unidos da América e na Austrália⁴ e que tem planos de expansão para a Holanda, Hong Kong, Alemanha, Espanha e Polónia.

Abramovich não é o único milionário russo a adquirir participações no setor das comunicações britânico. O seu sócio principal, Alexander Abramov, é proprietário de 60% da Truphone e, em 2010, juntamente com o pai, comprou os jornais *The Independent*, *The Independent on Sunday* e *London Evening Standard*.

Desde 2011, com o objetivo de se tornarem intervenientes importantes no palco global, as grandes empresas dos media da China têm vindo a abrir sedes nos Estados Unidos. Além do *China Daily* (o maior jornal em língua inglesa da China), a CCTV (a principal agência de radiodifusão estatal do país) tem aumentado a sua presença nos Estados Unidos e ambiciona competir com a CNN International, a BBC World News e a Al Jazeera em inglês. Além disso, a Xinhua, uma das principais produtoras de notícias e de propaganda do governo chinês, fornece conteúdos para plataformas de media em países em vias de desenvolvimento, de forma semelhante à Associated Press e à Reuters, mas a preços muito mais baixos. De acordo com peritos sobre os media daquele país, a estratégia chinesa visa competir com os media norte-americanos na definição de assuntos públicos, financeiros, na cultura e nas ideias a nível mundial⁵.

Como afirma Colin Sparks, «historicamente, é bastante óbvio que a influência simbólica se segue à influência económica (e militar)» (2010: 564). Tendo em conta que os media são um palco particularmente importante para a atribuição de poder simbólico e que as empresas dos media em vários países estão a ser compradas por investidores de estados não liberais, é relevante considerar como estes investimentos se articulam com as prerrogativas fundadoras do jornalismo ocidental. Neste contexto, iremos salientar o caso Angola-Portugal.

⁴ *The Guardian*, 2-1-2013: <http://www.guardian.co.uk/world/2013/feb/01/roman-abramovich-invests-truphone> (acedido a 5 de fevereiro de 2013).

⁵ *The Wall Street Journal*, 1-17-2012: <http://online.wsj.com/article/SB10001424052970203735304577165402805729994.html> (acedido a 5 de fevereiro de 2013).

A crise económica em Portugal: uma oportunidade para investidores angolanos

Ao contrário de outros países onde a implementação do regime democrático conduziu o mercado dos media à iniciativa privada, em Portugal, a Revolução dos Cravos de 1974, que pôs fim a um regime ditatorial que esteve no poder durante mais de 40 anos, levou a uma maior concentração da propriedade dos media sob o controlo do Estado. Os principais grupos financeiros em atividade no país foram nacionalizados em 1975, incluindo os que eram proprietários de jornais publicados durante os anos da ditadura (Agee e Traquina, 1983).

Além disso, apesar de a nacionalização da imprensa poder ser vista como consequência do controlo do Estado sobre o setor financeiro, no caso da rádio foi a intenção clara do governo de controlar a radiodifusão em geral que levou à promulgação de uma lei específica que nacionalizou todas as estações de rádio, com a exceção da Rádio Renascença, propriedade da Igreja Católica (Ribeiro, 2002). Entretanto, a televisão, tal como acontecia na maioria dos países europeus à época, era propriedade do Estado.

O panorama dos media portugueses na segunda metade da década de 1970 e durante a década de 1980 ficaria completo com o surgimento de vários jornais de orientação política, que coexistiam com os media pertencentes ao Estado. Ainda assim, tratava-se de um mercado fechado, com um número muito reduzido de proprietários e, mesmo depois da privatização de alguns jornais e estações de rádio no final da década de 1980 – a que se seguiria, nos anos 90, a criação de dois canais de televisão privados –, o mercado dos media em Portugal permaneceria sob o controlo direto do Estado ou de grupos económicos com ligações próximas à esfera política (Figueiras, 2008), refletindo a dinâmica clientelar do sistema dos media português. Como acontece na maior parte dos países mediterrânicos, os vários atores em cena no mercado português entendem tradicionalmente os media como ferramentas de intervenção no mundo da política (Hallin e Mancini, 2004: 113).

Os primeiros grupos multimédia só viriam a surgir na década de 1990, mas o controlo de empresas de media portuguesas por capital estrangeiro é ainda mais recente. Tal só se tornou um fenómeno visível em 2007, quando a Media Capital, que se estabeleceu como um dos dois principais grupos de media do país, foi comprada pelo conglomerado espanhol Prisa, que opera em Espanha

e na América Latina. Mais recentemente, depois da crise financeira de 2008, emergiram novas tendências: alguns grupos de media portugueses estão a tentar expandir a sua atividade para novos mercados (principalmente o Brasil e Angola), mas a situação económica frágil das empresas dos media em Portugal também criou uma oportunidade para empresas angolanas investirem no mercado dos media português, abrindo uma perspetiva completamente nova sobre a relação entre o antigo colonizador e as suas colónias.

Como iremos descrever com mais detalhe adiante, a empresa angolana Newshold tornou-se uma das acionistas da Impresa, o maior grupo de media português. A Impresa, que tem interesses em jornais, revistas, televisão e internet, é atualmente um grupo multimédia controlado pelo antigo primeiro-ministro Francisco Pinto Balsemão. Este começou a desenvolver a sua atividade na área dos jornais na década de 1970, mas, como aconteceu com muitos donos de jornais em toda a Europa – que compreenderam que precisavam de entrar no mercado televisivo para sobreviver na indústria dos media –, a Impresa criou o primeiro canal de televisão privado em Portugal em 1992 e, posteriormente, expandiu-se para a televisão por cabo. Em 2011, a empresa dirigida por Balsemão também investiu em Angola, com o lançamento de uma revista económica semanal chamada *Rumo*, 30% da qual pertencia à Impresa e 70% pertencia à holding angolana Finicapital⁶. No entanto, esta revista foi um fracasso e fechou em dezembro de 2012.

Além da Media Capital e da Impresa, há outras três empresas que dominam o panorama dos media em Portugal. A RTP, que pertence ao Estado, desenvolve a sua atividade nos mercados de televisão e rádio. A Cofina, que pertence parcialmente à Newshold desde 2011, é a maior empresa privada na indústria dos jornais e revistas. O seu tabloide *Correio da Manhã*, publicado desde 1979, é o diário mais lido no país, enquanto o seu diário desportivo (*Record*) e o seu diário económico (*Jornal de Negócios*) ocupam o segundo lugar nos *rankings* dos seus respetivos segmentos de mercado. Além disso, desde que comprou o *Metro* em 2009, a Cofina também é proprietária dos dois únicos jornais diários gratuitos publicados em Portugal. O outro grupo de media que se destaca é a *Controlinveste*, cuja gestão anunciou, em 2012,

⁶ *Visão*, 12-7-2011: <http://visao.sapo.pt/conheca-a-nova-revista-rumo=f637719> (acedido a 1 de junho de 2012).

Novos fluxos globais de capital nas indústrias dos media após a crise financeira de 2008

ter chegado a acordo com um grupo angolano⁷ para a compra das marcas de media mais significativas da empresa: os jornais diários *Diário de Notícias* (que ocupa a 2.^a posição no *ranking* da imprensa diária de qualidade) e *Jornal de Notícias* (que ocupa a 2.^a posição no *ranking* da imprensa diária tabloide), o jornal desportivo diário (*O Jogo*) e uma estação de rádio de notícias (TSF).

Portugal tornou-se um mercado central para os investimentos angolanos depois da crise de 2008, quando o país entrou numa recessão económica que o levou, em maio de 2011, a ficar sob a supervisão do Fundo Monetário Internacional, da Comissão Europeia e do Banco Central Europeu. Como consequência, o governo português começou a vender empresas estratégicas do setor público, como a elétrica nacional EDP e a de gestão dos aeroportos portugueses, a ANA. Ao mesmo tempo, as empresas privadas mais significativas, incluindo as que atuam na indústria dos media, começaram a procurar investidores internacionais.

As empresas dos media enfrentam grandes desafios, nomeadamente financeiros relacionados com a diminuição do mercado publicitário. Em 2012, o investimento publicitário diminuiu entre 2 e 3% em comparação com o ano anterior; em 2011, diminuiu mais de 12% e em 2012 mais de 20%⁸. Como a venda de publicidade continua a ser a principal fonte de receita dos media comerciais, a viabilidade económica das empresas portuguesas em atividade neste setor tem sido claramente ameaçada nos últimos anos, o que criou uma oportunidade para que novos investidores entrassem em cena. As empresas angolanas têm sido as mais ativas na compra de posições significativas nos principais grupos de media, juntamente com outros setores de atividade, correspondendo ao que pode ser entendido como uma colonização inversa.

As consequências das dinâmicas clientelares no sistema dos media português, nomeadamente a crescente dependência política do investimento angolano no país, pode ser exemplificada por um episódio que aconteceu em 2012. Nesse ano, a estação de televisão portuguesa de serviço público emitiu um programa em direto de Angola dedicado às relações entre ambos os países, no qual apenas expressou a opinião do governo português, de empresários portugueses que são sócios de empresas angolanas e de membros

⁷ *Expresso*, 10-19-2012: <http://expresso.sapo.pt/controlinveste-assume-acordo-com-angolanos=f761194> (acedido a 15 de agosto de 2012).

⁸ *Jornal de Negócios*, 8-30-2012: http://www.jornaldenegocios.pt/empresas/detalhe/que_iraacute_acontecer_ao_investimento_puacuteblico.html (acedido a 16 de agosto de 2012).

da elite dirigente de Angola. Ao mesmo tempo que destacava Angola como uma potência emergente e um país de sucesso, o programa escamoteou a autocracia do regime, nomeadamente a sua visão não liberal sobre o papel dos media e a falta de liberdade de expressão. Além disso, quando um escritor e jornalista português criticou o programa no seu programa semanal na rádio pública foi despedido, configurando um caso que pode ser entendido como censura.

Angola foi uma colónia portuguesa desde o século XVI até 1975. Depois de obter a independência, o país adotou um sistema presidencial e, desde então, tem sido governado pelo partido dos trabalhadores – o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola). O atual Presidente da República, José Eduardo dos Santos, está no poder desde 1979. Dominado por um partido único liderado por um presidente poderoso, Angola revela alguns sinais de abertura à economia de mercado, mas, ainda assim, os seus recursos económicos continuam a não ser distribuídos de forma equitativa. As principais indústrias são orientadas para a maximização dos lucros da elite dirigente que controla os setores do petróleo e dos diamantes, bem como dos negócios afins. De facto, Angola é um dos principais produtores petrolíferos subsarianos e também possui um dos maiores depósitos de diamantes do mundo, que ainda está maioritariamente por explorar.

O facto de se tratar de um regime semiautoritário também se traduz numa conceção não liberal dos media (Hadland, 2012: 103). Assim, não surpreende o facto de Angola ter um mercado dos media reduzido, dominado por algumas empresas fundadas depois de o setor ter sido aberto à propriedade privada em 1991, ainda durante a guerra civil que durou até 2002. Existem também fortes restrições à liberdade de imprensa, e indícios de falta de pluralismo, devido ao forte controlo exercido pelo poder político sobre os media. Isto faz com que Angola esteja entre os países que ocupam as últimas posições na lista produzida pelos Repórteres Sem Fronteiras⁹, que classifica os países de acordo com a liberdade concedida aos jornalistas para exercerem a sua profissão.

Apesar da existência de algumas empresas de media privadas, a maioria delas relacionadas com membros da antiga *nomenklatura* ou com jovens empreendedores que são os sucessores diretos da antiga elite, o mercado dos

⁹ No *ranking* de 2011/2012 Angola surge em número 132 (de um total de 179 países), cf. <http://en.rsf.org/press-freedom-index2011-2012,1043.html> (acedido a 11 de junho de 2012).

Novos fluxos globais de capital nas indústrias dos media após a crise financeira de 2008

media é predominantemente dominado pelo Estado. A exceção é a Rádio Ecclesia. Nacionalizada depois da independência do país, em 1997 esta foi devolvida ao seu proprietário original – a Igreja Católica –, o que fez com que se tornasse conhecida como a fonte de informação mais independente. No entanto, o seu impacto é limitado, porque só emite na província de Luanda, apesar de terem sido feitos vários pedidos para que a estação recebesse uma licença para emitir noutras províncias. Em 2012, foi criada uma petição para conceder à Rádio Ecclesia cobertura a nível nacional, mas sem sucesso.

Apesar de a única estação com cobertura nacional ser a Rádio Nacional de Angola, que pertence ao Estado, o governo permitiu a uma estação privada, a Rádio Mais (fundada em 2008), expandir-se de Luanda para as províncias de Benguela e Huambo. A Rádio Mais pertence ao Grupo Media Nova, que se tornou o principal grupo de media privado em atividade em Angola. Este também começou a publicar um jornal semanário (*O País*) em 2008 e em 2009 lançou a primeira estação de televisão privada em sinal aberto: a TV Zimbo. Posteriormente, o grupo continuou a expandir a sua atividade com a publicação de jornais e revistas. Apesar de os nomes dos proprietários da Media Nova permanecerem anónimos, várias fontes, incluindo a organização anticorrupção Maka Angola¹⁰, referem o General Manuel Hélder Vieira Dias Júnior, Ministro de Estado e Chefe do Gabinete Militar Presidencial, como um dos principais investidores da empresa.

Desde o fim da guerra civil, em 2002, e devido aos recursos naturais de Angola, o país prosperou e tornou-se uma das potências regionais emergentes mais significativas de África. A organização da Taça das Nações Africanas, de 2010 (o maior torneio de futebol de África), pode ser entendida como um evento estratégico e de «*nation branding*», ou seja, «o fenómeno através do qual os governos desenvolvem atividades conscientes destinadas a produzir uma determinada imagem do Estado-nação» (Bolin e Stahlberg, 2012: 82). Este torneio custou milhares de milhões de dólares e foi visto por uma audiência televisiva global de dezenas de milhões, o que permitiu a Angola afastar-se da imagem de país pobre devastado pela guerra e projetar uma imagem

¹⁰ Maka Angola é uma organização liderada pelo jornalista angolano Rafael Marques que foi distinguido com o Percy Qoboza Award for Outstanding Courage from the National Association of Black Journalists (EUA) e com o Civil Courage Prize da Train Foundation (EUA) pelas suas atividades em prol dos direitos humanos.

diferente ao público estrangeiro, demonstrando a sua capacidade de organizar um evento de grande escala e que exige infraestruturas complexas.

Esta economia emergente também está a afirmar-se no mundo globalizado através da compra de empresas estratégicas em Portugal. Este género de investimento constitui um novo tipo de relação entre o antigo colonizador e a sua colónia, que se pode designar por colonização inversa. Segundo a AICEP¹¹, a agência empresarial do governo português, a quantidade de capital angolano investido em Portugal ao longo da última década aumentou 35 vezes. De acordo com a mesma fonte, entre janeiro e maio de 2012, o investimento angolano em Portugal quase duplicou em comparação com o ano anterior: 126,1 milhões de euros face a 70,3 milhões de euros investidos em todo o ano de 2011. Simultaneamente, os investidores angolanos compraram participações em vários setores da economia portuguesa, assumindo posições relevantes em indústrias estratégicas, como a banca, o petróleo e o setor das comunicações.

Dois dos investidores mais significativos são Isabel dos Santos e a Newshold, que constituem o nosso estudo de caso. A análise da lógica dos investimentos da elite dirigente angolana irá permitir-nos compreender a lógica que está por detrás dos investimentos de empresas oriundas daquele país num mercado dos media frágil, onde a probabilidade de haver lucros financeiros significativos é muito reduzida. A análise apresentada na secção seguinte também nos permitirá prever o impacto das novas formas de propriedade dos media na democracia portuguesa.

Investimentos angolanos na produção e distribuição dos media em Portugal

Isabel dos Santos

Uma das investidoras angolanas com maior visibilidade em Portugal é Isabel dos Santos, a filha mais velha do presidente de Angola, José Eduardo dos Santos. A revista *Forbes* considera-a a mulher mais rica de Angola e a

¹¹ *Económico*, 9-22-2012: http://mobile.economico.pt/noticias/investimento-angolano-em-portugal-cresceu35-vezes-em10-anos_150493.html (acedido a 30 de agosto de 2012).

Novos fluxos globais de capital nas indústrias dos media após a crise financeira de 2008

primeira mulher multimilionária de África¹². Apesar de em 2012 a sua fortuna não a colocar entre as quarenta pessoas mais ricas de África, em 2012 ela já aparecia na 31.^a posição, principalmente devido às suas aquisições no mercado português.

Isabel dos Santos é dona de algumas das maiores e mais poderosas empresas multissetoriais de Angola, com interesses em setores estratégicos da economia do país, como o petróleo, a energia, a banca, os diamantes e outros, incluindo as comunicações. A evolução, o crescimento e a diversificação dos seus negócios refletem a estratégia de privatização e liberalização seguida pelo governo liderado pelo seu pai.

Atualmente, os seus negócios desenvolvem-se sobretudo através de seis *holdings* que agregam os diferentes setores de investimento: Condis (sediado em Luanda, indústria de retalho), Geni (sediado em Luanda, fundada com o seu pai, telecomunicações e banca), Esperanza (sediada em Amesterdão, energia, petróleo e cimento), Jadeium (sediada em Amesterdão, telecomunicações), Kento (sediada em Malta, uma das organizações centrais para os investimentos em Portugal) e Santoro Finance (sediada em Lisboa, banca).

Os negócios de Isabel dos Santos iniciaram-se em 1994, quando esta tinha 24 anos. Em parceria com a mãe, ela fundou a empresa TAIS (TransAfrica Investment Services) em Gibraltar. No mesmo ano, abriu o Miami Beach Club, uma das primeiras discotecas e restaurantes de praia de Luanda, a capital angolana. Em 1999, o governo, liderado pelo pai de Isabel dos Santos, anunciou um acordo com a sua empresa TAIS, o Goldberg Group e o Leviev Wellox para o estabelecimento de um consórcio para o comércio de diamantes, a Angola Selling Corporation (Ascorp). Em 2000, Isabel dos Santos fundou a Urbana 2000, uma empresa subsidiária do Jembas Group, que obteve o contrato para limpar e desinfetar Luanda e outras cidades angolanas.

Desde então, os seus negócios ampliaram e diversificaram progressivamente para outras áreas, como o turismo, o setor imobiliário e a construção. Além disso, Isabel dos Santos é proprietária de ações da empresa de cimento angolana Nova Cimangola, uma empresa onde o seu marido faz parte do conselho de administração. Mais recentemente, em 2009, Isabel dos Santos também entrou no negócio dos casinos, ao unir-se ao magnata do jogo de

¹² *Forbes*, 8-16-2012: <http://www.forbes.com/sites/mfonobongnsehe/2012/08/16/ten-female-millionaires-to-watch-in-africa/2/> (acedido a 30 de agosto de 2012).

Macau Stanley Ho para desenvolver casinos em Angola. Na área da banca, ela é proprietária de 25% do capital social do Banco BIC, do qual é diretora desde 2005.

Isabel dos Santos também é sócia estratégica dos principais investimentos feitos por empresas portuguesas em Angola, o que significa que age como *gatekeeper* estratégica dos investimentos portugueses neste país, reforçando as dinâmicas clientelares entre os dois países. Na banca, tem investimentos significativos no Banco Espírito Santo Angola (BESA) e em 2011 assinou uma parceria com o grupo português Sonae para o desenvolvimento e funcionamento de uma empresa de comércio a retalho em Angola. A Sonae é uma das maiores empresas portuguesas e o maior empregador privado em Portugal. É a empresa líder no setor do retalho e o seu presidente e principal acionista é Belmiro de Azevedo, um dos empresários portugueses mais influentes, que figura na lista de fortunas *Forbes*. Prevê-se que o arranque deste grupo português em Angola ocorra em 2014, com a abertura do seu primeiro supermercado.

Quando, em 2001, o governo angolano aprovou uma nova lei para o setor das telecomunicações, que pôs fim ao monopólio do Estado, Isabel dos Santos investiu no setor das comunicações móveis e criou a Unitel, que é atualmente a maior empresa de comunicações móveis do país. Ela é a presidente do conselho de administração da empresa. Enquanto operadora privada, a Unitel começou como uma sociedade anónima detida pela PT (uma empresa portuguesa que na época pertencia ao Estado), pela Vidatel (uma empresa privada angolana), pela Sonangol (a maior empresa estatal de Angola) e pela Geni (uma *holding* pertencente a Isabel dos Santos e ao pai). Cada um dos sócios detinha 25% das ações, o que significa que, apesar da liberalização do setor, este continuava a estar sob o controlo da elite dirigente do país. Este é claramente mais um exemplo de Angola enquanto autocracia semiliberal, tal como discutimos anteriormente.

Foi em 2008 que Isabel dos Santos começou a investir no mercado português, ao adquirir participações significativas nos setores das telecomunicações, retalho, no financeiro e no da energia. Nas telecomunicações, ela é a principal acionista individual das duas empresas mais significativas deste setor, a PT e a Zon Multimédia. A primeira é o maior prestador de serviços de telecomunicações em Portugal. Apesar de atuar principalmente no território nacional e no Brasil, a PT também tem uma presença significativa na Guiné-Bissau,

Novos fluxos globais de capital nas indústrias dos media após a crise financeira de 2008

em Cabo Verde, em Moçambique, em São Tomé e Príncipe, em Timor-Leste, em Angola, no Quênia e na China. A Zon Multimédia é uma *holding* de media portuguesa que atua nas áreas da televisão por cabo (um setor em que é a líder de mercado), acesso à Internet de banda larga, telefone fixo, rede móvel virtual, distribuição de filmes e cinemas. Desde 2012, a Zon Multimédia está a preparar uma fusão com a Optimus (propriedade do Grupo Sonae), uma das três operadoras de telemóveis existentes em Portugal, que se prevê que venha a acontecer em 2013. Esta operação irá criar a segunda maior empresa de telecomunicações do país, controlada em partes iguais por Isabel dos Santos e pela Sonae.

Isabel dos Santos começou a investir na Zon Multimédia em 2009, quando adquiriu 10% das ações da empresa por 180 milhões de euros. No ano seguinte, investiu mais 164 milhões de euros e, em julho de 2012, através de um negócio estimado em 38 milhões de euros, tornou-se a maior acionista individual da empresa, controlando 28,90% do seu capital social¹³. No seguimento deste investimento, a Endima, a empresa estatal angolana para a exploração de diamantes dirigida pelo marido de Isabel dos Santos, comprou mais 5% da Zon Multimédia à empresa espanhola Telefonica.

No setor bancário, a filha do presidente angolano investiu no maior banco português, a Caixa Geral de Depósitos, e também em bancos privados. Através da Santoro Finance, Isabel dos Santos é dona de 25% da gestão portuguesa do banco angolano BIC Português, sendo membro do seu conselho de administração. Também detém 19,5% do Banco Português de Investimento (BPI) e é acionista principal do Banco Português de Negócios (BPN), depois de este ter sido adquirido pelo Banco BIC em 2011.

Isabel dos Santos é, igualmente, proprietária de outras participações significativas, juntamente com a Sonangol, a empresa petrolífera estatal de Angola (que é também a principal acionista do BCP, o maior banco privado de Portugal), através da *holding offshore* de ambos, a Esperanza Holding. A mais importante destas participações é na empresa petrolífera portuguesa Galp Energia. Além disso, controla também 45% da Amorim Energia, uma subsidiária da *holding* do Grupo Amorim (uma das maiores empresas multinacionais

¹³ Os outros principais acionistas são o BPI (7,55%), Espírito Santo Irmãos, SGPS (5%) e o Banco Espírito Santo (4,87%). Isabel dos Santos é igualmente a segunda maior acionista individual do BPI.

portuguesas, líder mundial na produção de cortiça). Esta empresa, tal como Isabel dos Santos, é proprietária de 25% do BIC Portugal, que é o principal acionista da Galp Energia.

Outros interesses financeiros de Isabel dos Santos incluem a Mota-Engil, a empresa portuguesa de construção mais poderosa e com mais sucesso em termos de internacionalização. Esta lista irá certamente continuar a aumentar, dado que Isabel dos Santos está continuamente a investir em empresas portuguesas. Foram dadas provas disto na primeira metade de 2012, quando se percebeu que, no ano de 2011, esta empresária investiu mais em Portugal do que todas as outras empresas angolanas no seu conjunto¹⁴.

Até à data, Isabel dos Santos ainda não investiu diretamente em empresas que atuam na produção de media, apesar de a imprensa noticiar que ela estaria interessada em adquirir o principal canal público em Portugal, a RTP1, após o governo anunciar que o iria alienar em 2013 e antes de surgirem divergências na coligação governamental que levaram o Estado a decidir não avançar com a venda. No entanto, a indústria do retalho, a banca e as telecomunicações estão entre os setores que mais investem em publicidade, o que significa que têm um acesso privilegiado aos media, especialmente quando estes enfrentam situações económicas difíceis, o que os deixa mais vulneráveis a pressões dos anunciantes.

De um modo geral, Isabel dos Santos lidera um conglomerado multissetorial em atividade no mercado português e no mercado angolano, que combina uma integração vertical e horizontal em diferentes setores estratégicos. Ela representa um exemplo claro de sucesso económico sob a proteção de um regime político, refletindo na sua conduta um *ethos* político autocrático.

Newshold

As aquisições que foram realizadas por capital angolano no âmbito dos media são lideradas pela Newshold, que é uma empresa pertencente à Pineview Overseas, com sede localizada na zona *offshore* do Panamá e com atividades

¹⁴ *Económico*, 8-29-2012: http://mobile.economico.pt/noticias/isabel-dos-santos-ja-investiu-este-ano137-milhoes-em-portugal_150733.html (acedido a 1 de setembro de 2012).

Novos fluxos globais de capital nas indústrias dos media após a crise financeira de 2008

desconhecidas. Apesar de atuar em Portugal desde 2009, foi apenas em dezembro de 2012 que a Newshold anunciou a identidade dos proprietários, devido ao interesse em adquirir um dos canais da televisão pública em Portugal – uma operação que exigia obrigatoriamente que os nomes dos investidores fossem revelados. As suspeitas existentes foram, portanto, confirmadas e tornou-se público que os investidores eram empresários angolanos com ligações próximas à elite política, a família Madaleno¹⁵. Um dos cinco proprietários da empresa, e seu CEO, é Álvaro Madaleno, que é também um pequeno investidor (5%) e CEO do BESA, um banco em que Isabel dos Santos tem um investimento significativo, como referido anteriormente.

Portanto, até ao final de 2012 os nomes destes investidores eram desconhecidos, o que representava uma ameaça grave ao princípio da transparência da propriedade dos media, essencial para a existência de pluralismo nos mesmos. Não existindo legislação que obrigue as empresas a revelar quem são os seus proprietários, é impossível garantir que as leis contra a concentração dos media são cumpridas.

O facto de a propriedade das empresas dos media não ser necessariamente transparente é uma característica do mercado dos media português, tal como foi identificado por Hallin e Mancini no modelo polarizado pluralista (2004). Apesar de a Constituição do país estabelecer que a não concentração da propriedade dos media deve ser garantida por uma entidade administrativa independente, até à data regista-se uma falta de legislação que aborde assuntos cruciais como a participação e a concentração cruzadas e a transparência da propriedade. Estas questões estão na agenda política desde 2009, mas a rede de interesses clientelistas envolvida torna impossível às entidades políticas legislar sobre estas matérias. Isto significa que, relativamente às políticas da primeira década do século XXI, Portugal continua numa «desregulação selvagem», tal como Traquina (1995) tinha caracterizado o cenário existente nas décadas de 1980 e 1990. Isto explica a possibilidade de empresas de media pertencerem a investidores anónimos. Foi o caso da Newshold, que entrou no mercado português em 2009 através da aquisição de um jornal semanário – o

¹⁵ Público, 12-28-2012: <http://www.publico.pt/portugal/noticia/empresa-offshore-pineview-overseas-dona-da-newsold-e-toda-da-familia-madaleno1578871> (acedido a 11 de fevereiro de 2013).

Sol. A empresa expandiu-se e é proprietária de posições significativas em dois dos principais grupos de media portugueses: a Impresa e a Cofina. No caso desta última, a Newshold foi aumentando gradualmente a sua parte no capital, de modo a atingir uma participação que lhe dá direito a ter uma voz ativa na gestão do grupo desde 2012.

A aquisição do *Sol* pela Newshold, num momento em que o jornal estava extremamente endividado, marcou a entrada deste grupo angolano no mercado português. No mês que se seguiu à aquisição, o jornal *Sol* também começou a produzir uma versão angolana e uma versão moçambicana do jornal. Apesar da existência de equipas locais de repórteres, o controlo editorial das três edições permanece em Lisboa. No mercado português, o *Sol* continuou a ser um dos únicos dois jornais semanários nacionais publicados no país em 2012. O seu principal concorrente, o *Expresso* – que pertence ao Grupo Impresa –, representa 70,3% da quota do mercado e o *Sol* representa 29,7%¹⁶. Apesar de a Impresa ser um concorrente forte, a Newshold também comprou ações desta empresa, e, desde 2009, é dona de 1,05% das suas ações.

A rede de interesses da Newshold nas empresas portuguesas de media também inclui o líder na publicação de jornais diários, a Cofina. Apesar de esta ser uma empresa multimédia menor em comparação com a Impresa, é um dos quatro grandes grupos do país e entrou no mercado televisivo em 2013, com o lançamento do canal de notícias por cabo CMTV.

A Newshold tornou-se acionista da Cofina em outubro de 2011, quando adquiriu 6,16% da empresa. No mês seguinte, aumentou a sua posição para 10,55% e, em dezembro do mesmo ano, para 15,08%, tornando-se assim o maior acionista da Cofina. Depois de adquirir o jornal *Sol* e de obter uma voz ativa na gestão da Cofina, a intenção dos investidores angolanos que detêm a Newshold continua a ser a expansão e, como mencionámos anteriormente, esta empresa estava entre o reduzido grupo de interessadas em adquirir o canal da RTP, que o governo pretendia privatizar em 2013. Esta questão entrou no debate público durante a campanha eleitoral de 2011, que culminou na formação de um governo liberal chefiado por Passos Coelho, que prometeu a privatização de um dos canais da RTP. Em dezembro de 2011, por coincidência

¹⁶ Dados referentes ao primeiro trimestre de 2012 de acordo com os estudos de audiência realizados pela Marktest.

Novos fluxos globais de capital nas indústrias dos media após a crise financeira de 2008

ou não, o vice-presidente da empresa pública de televisão demitiu-se do seu cargo para ir trabalhar para a Newshold como diretor-geral.

Este tipo de mudança de carreira do setor público para o setor privado ao mais alto nível é frequente em vários setores, devido à importância do clientelismo. Quem controla o acesso aos recursos tende a ter relações próximas com os partidos políticos, o que leva as empresas a contratar quadros dirigentes com ligações à política, criando-se assim uma rede de interesses económicos e políticos. Esta situação é particularmente grave no caso dos media, porque o seu papel enquanto instituições independentes na democracia fica, em muitos casos, comprometido.

Conclusão

As crises económicas e políticas enfrentadas pelas democracias ocidentais geraram um debate sobre a «democraticidade» dos regimes democráticos ocidentais, levando alguns académicos como Jürgen Habermas ou Colin Crouch a considerar que os Estados ocidentais se estão a tornar cada vez mais pós-democráticos no século xxi. Isto significa que os governos não têm o mesmo grau de controlo sobre os Estados-nação que tinham no passado, devido a instituições supranacionais e também ao crescente poder político que as grandes empresas exercem sobre os governos nacionais. Neste cenário, as necessidades e os direitos dos cidadãos ficam comprometidos, porque os governos perdem o controlo sobre as decisões importantes que, cada vez mais, são definidas pelos interesses de empresas mundiais. No novo contexto da globalização que emergiu depois da crise de 2008, este argumento pode ir ainda mais longe, porque os países ocidentais estão cada vez mais dependentes do investimento de empresas internacionais.

No novo cenário da globalização, parece evidente que as economias emergentes não ocidentais com um *ethos* político autocrático e visões não liberais sobre o papel dos media se estão a aproveitar da crise económica do mundo ocidental, como é o caso da China, da Rússia e de Angola.

Ao focar-se em Angola e nas relações deste país com Portugal, este estudo de caso demonstrou que Angola tem vindo a assumir interesses cada vez mais significativos em Portugal em setores estratégicos, como o setor financeiro, a energia, a banca e as comunicações. Os dois investidores angolanos

analisados, Isabel dos Santos e a Newshold, estão rapidamente a adquirir um papel significativo na gestão de infraestruturas, distribuição e conteúdo dos media e são também parceiros estratégicos nos principais investimentos realizados por empresas portuguesas em Angola, o que aprofunda ainda mais as dinâmicas clientelares entre os dois países.

Como ficou demonstrado, estas duas empresas representam um exemplo claro de sucesso económico sob a proteção de um regime político autocrático que se pode caracterizar por uma cultura de falta de responsabilização. Na arquitetura de um regime político autocrático, o sistema dos media é visto como um meio para controlar indiretamente a vida política, para reforçar a influência e proteger os interesses dos elementos mais poderosos da sociedade (Tetty, 2010: 227). Os media são entendidos como uma ferramenta essencial e natural para a consolidação e extensão do poder hegemónico da elite dirigente, através do controlo da agenda e das narrativas mediáticas e dos temas que são debatidos no domínio público (Hadland, 2012: 117).

No caso de Angola, é evidente que o controlo do jornalismo foi conseguido, em primeiro lugar, através do monopólio estatal dos media e, mais recentemente, através do investimento de empresas privadas que são controladas por membros da elite política e que coexistem com os principais media públicos nacionais controlados pelo Estado. Esta abordagem aos media por parte da elite angolana gera preocupações relativamente aos objetivos políticos dos proprietários dos media angolanos em Portugal.

Enquanto o governo ficou mais fragilizado no contexto da crise mundial, as empresas que acumulam poder económico e acesso direto à opinião pública conseguem impor mais facilmente o seu programa e os seus interesses. Neste contexto, os media portugueses, apesar da sua falta de rentabilidade, são um instrumento estratégico para orientarem a agenda pública e exercerem pressão sobre o poder político.

Como este estudo de caso também demonstrou, os investimentos angolanos em Portugal levantam questões relativamente à democracia dos media, no que diz respeito às prerrogativas que são os alicerces da relevância sociocultural do jornalismo nas sociedades ocidentais. A nova configuração do sistema dos media está a tornar-se pseudo democrática, ao reduzir os níveis de transparência, independência, pluralismo e liberdade de expressão, levando, deste modo, à deterioração da qualidade do próprio regime democrático. Isto tornou-se possível devido à ausência de legislação que visa assegurar a

Novos fluxos globais de capital nas indústrias dos media após a crise financeira de 2008

transparência da propriedade dos media, o que é essencial para evitar a concentração da propriedade no setor e também para garantir que os media são responsabilizados perante a sociedade.

As provas apresentadas relativamente à opacidade da propriedade da Newshold, a rejeição, por parte do governo, de legislação no sentido de aumentar a transparência da propriedade dos media e os casos de censura nos media estatais portugueses representam três exemplos que nos levam a considerar a possibilidade de o país estar a enfrentar um retrocesso democrático, uma vez que, no contexto da matriz cultural da democracia, a imprensa desempenha um papel central para assegurar a qualidade do próprio regime (Norris, 2000).

Independentemente das especificidades do nosso estudo de caso, os padrões emergentes no novo cenário da globalização ilustram a complexidade dos fluxos de capital no contexto da globalização dos media, o que vai contra a noção de fluxos de capital unívocos, do norte para o sul. Deste modo, este artigo contribui para a literatura ao discutir as suas consequências negativas, examinando o modo como o poder dos regimes autocráticos, e dos seus aliados económicos, está a ser usado para influenciar os sistemas mediáticos no norte que são vulneráveis a fluxos externos de capital. O retrocesso económico do ocidente está a reforçar o percurso pós-democrático dos países ocidentais, pois as economias emergentes a nível mundial estão a aumentar o seu poder sobre o mundo ocidental, o que, por sua vez, pode reconfigurar, direta e indiretamente, o papel dos media no novo palco da globalização. Portanto, a forma como as visões não liberais sobre os media se articulam com as prerrogativas do jornalismo, que estão na base da cultura ocidental, tornou-se um tema de pesquisa de enorme importância e que constitui o próximo passo desta investigação em curso.

Referências bibliográficas

- AGEE, W., e TRAQUINA, N. (1983). *O Quarto Poder Frustrado*, Lisboa: Vega.
- BOLIN, G., e STÅHLBERG, P. (2010). «Between Community and Commodity; Nationalism and Nation Branding». Rosvall, A., e Moring, I. (eds.). *Communicating the Nation*, Göteborg: Nordicom, 79-101.
- CROUCH, C. (2004). *Post-Democracy*, Cambridge: Polity Press.

- FIGUEIRAS, R. (2008). *O Comentário Político e a Política do Comentário*, Lisboa: Paulus.
- HADLAND, A. (2012). «Africanizing Three Models of Media and Politics: The South African Experience». HALLIN, D., e MANCINI, P. (eds.). *Comparing Media Systems Beyond the Western World*, Cambridge: Cambridge University Press.
- HALLIN, D., e MANCINI, P. (2004). *Comparing Media Systems*, Cambridge: Cambridge University Press.
- HARDY, J. (2008). *Western Media Systems*, London: Routledge.
- KEANE, J. (2002). *A Democracia e os Média*, Lisboa: Temas e Debates.
- KUZNETSOV, A. (2011). «Investment from Russia stabilizes after the global crisis. Report from the Institute of World Economy and International Relations of Russian Academy of Sciences and Vale Colombia Center». http://www.vcc.columbia.edu/files/vale/documents/EMGP-Russia-Report2011a-Final_for_publication-21_Jun_11.pdf.
- MURDOCK, G., e GOLDING, P. (1999). «Common Markets: Corporate Ambitions and Trends in Communication in the UK and Europe». *The Journal of Media Economics*, 12 (2): 117-32.
- NORRIS, P. (2000). *A Virtuous Circle: Political Communications in Postindustrial Societies*, Cambridge: Cambridge University Press.
- OTTAWAY, M. (2003). *Democracy Challenged: The Rise of Semi-Authoritarianism*, Washington: Carnegie Endowment.
- PAPATHANASSOPOULOS, S., e NEGRINE, R. (2011). *European Media*, Cambridge: Polity Press.
- PICARD, R. (2002). *The Economics and Financing of Media Companies*, New York: Fordham University Press.
- RIBEIRO, N. (2002). *A Rádio Renascença e o 25 de Abril*, Lisboa: Universidade Católica Editora.
- SIAROFF, A. (2008). *Comparing Political Regimes: A Thematic Introduction to Comparative Politics*, North York: University of Toronto Press.
- SPARKS, C. (2010). «China's Media in Comparative Perspective». *International Journal of Communication*, 4: 552-66.
- TETTEY, W. (2010). «Sub-Saharan Africa». NORRIS, P., *Public Sentinel: News Media & Governance Reform*, Washington: World Bank, 277-304.
- TRAQUINA, N. (1995). «Portuguese Television: The Politics of Savage Deregulation». *Media, Culture & Society*, 17 (2): 223-38.